

Arinos diz que militar não tutela Constituinte

Fotos: Josemar Gonçalves

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ) disse ontem que pela primeira vez na história do País está se elaborando uma constituição com "ausência de pressão militar" e previu que os trabalhos da Constituinte vão primar pela inovação, com reflexos em toda a América. "Vamos inovar todos os tipos de regime nas Américas", afirmou.

As afirmações do senador foram feitas durante palestra sobre "Constitucionalismo e Direitos Humanos", no palácio do Itamarati, na abertura do "Seminário Internacional sobre Constitucionalismo e democracia: Instituições políticas para o século 21".

Para Afonso Arinos, os constituintes estão fazendo um trabalho com enfoque na "representação participativa" e, embora não se tenha arriscado a fazer previsões, fez questão de frisar que o resultado final será algo de "totalmente novo".

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que presidiu os trabalhos logo após a abertura oficial pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, concordou com Arinos sobre a não influência dos militares na Constituinte.

"Graças a Deus essa idéia de tutela não tem mais sentido", disse Cardoso, lembrando que os militares brasileiros, hoje, estão mais preocupados com a importância de elaborar-se uma Carta que garanta a participação democrática da sociedade.

O encontro iniciado ontem prosseguirá até quinta-feira e tem o objetivo de debater o constitucionalismo e democracia no mundo atual, estabelecendo projeções sobre as instituições políticas, e sua correlação com a situação brasileira. O encontro, com a participação de estudiosos brasileiros e estrangeiros, é promovido pelo Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (ligado à Seplan), pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo e pelo Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso.

Ontem, além do senador Afonso Arinos, falou também o professor da universidade de Yale (EUA), Juan Linz, que abordou o tema "O processo de elaboração constitucional no mundo contemporâneo".



Senador acredita que Constituinte vai trazer inovações

Prazo não permitiu a leitura de sugestões

Nenhum deles admite, mas a maioria dos relatores das 24 subcomissões deixou de ler grande parte das sugestões ao texto constitucional encaminhadas, segundo seus assessores. A verdade é que o prazo para os relatores elaborarem seus pareceres, acompanhados de anteprojeto, foi irracional.

Ontem, encerrou-se o período regimental para que esses trabalhos fossem apresentados pelos relatores. Para que isto fosse possível, dedicaram todo o fim de semana à tarefa de ler, analisar e escrever os seus relatórios. Até sábado passado, cada um deles ainda recebeu centenas de sugestões — a maioria delas ignorada por absoluta falta de tempo.

O fato é que os constituintes tiveram prazo até a última quarta-feira, dia seis, para enviar sugestões à mesa daquela assembleia. Das 9 mil 456 propostas, cerca de seis mil

chegaram nos últimos dois dias e a equipe de 15 pessoas responsáveis por sua seleção, ligada à secretaria geral da Constituinte, trabalharam três noites consecutivas para lê-las e analisá-las. Resultado: as sugestões foram acumuladas e entregues até sábado aos relatores.

Estes, por sua vez, não conseguiram esticar o prazo que se encerrou ontem, para finalizar seus relatórios. A solução agora, é que os constituintes reapresentem suas sugestões em forma de emendas, que serão discutidas e votadas pelos membros das subcomissões.

Nem o próprio presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, foi poupado da sobrecarga de trabalho. Era ele quem decidia para qual subcomissão iam as sugestões que chegavam à mesa e as encaminhavam, através de ofício. Na última sexta-feira, despachou até às 24 horas, em sua casa, para remeter o último lote de sugestões.



Tema mais defendido é aposentadoria

Cerca de 40 por cento das propostas encaminhadas individualmente por populares à Constituinte pedem redução do tempo de trabalho para efeito de aposentadoria. As diversas categorias profissionais preferiram fazer a mesma reivindicação isoladamente e diretamente às subcomissões específicas, e não à Saúde e Seguridade Social, que em tese é a que tratará do assunto, por entenderem que assim terão mais chances de aprovação de suas pretensões. Os professores, por exemplo, já beneficiados com aposentadoria especial aos 25 anos de serviço, querem reduzir este tempo para apenas 20 anos, enviando a sugestão à Subcomissão de Educação. E, assim por diante, foi o que aconteceu com as demais categorias profissionais, que contaram com o apoio de muitos constituintes.

Mas, se defender do relator da Subcomissão de Saúde, Seguridade Social, Ecologia e Meio Ambiente da Constituinte, deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), este tipo de proposta não será aprovado. "Não aceitarei privilégios", disse ele, ontem, manifestando-se totalmente contrário às aposentadorias precoces e especiais, e favorável à limitação da idade para concessão do benefício. Mosconi disse que sobre esta questão deverá prevalecer na nova Constituição o tipo de trabalho e a média de sobrevivência do trabalhador.

Ele entende que só os trabalhadores de atividades comprovadamente penosas, perigosas e insalubres devem aposentar-se antes dos 55 anos de idade. E é o que propôs o ministro Raphael de Almeida Magalhães e os técnicos da Previdência Social.

AS PROPOSTAS

Mais oito estados em cinco anos

O Brasil será uma República Federativa composta por 31 estados, o Distrito Federal e nenhum território, caso a Constituinte aprove o parecer do relator da Subcomissão dos Estados, deputado Siqueira Campos (PDC-GO), que cria seis novos estados — Tocantins (GO), Santa Cruz (BA), Maranhão do Sul (MA), Triângulo (MG), Tapajós (PA), e Juruá (AM) —, transforma os territórios de Roraima e Amapá em Estados e anexa o território de Fernando de Noronha a Pernambuco.

No anteprojeto o relator cria a Comissão da Redivisão Territorial, que em um prazo de cinco anos — após a promulgação da nova Carta — deverá apresentar propostas de criação de novos estados no território nacional. Na sua opinião, existe a possibilidade de serem criados mais de 10 estados em todo o País. Argumenta que a medida favorece, principalmente, as regiões menos desenvolvidas.

Todas estas unidades da Federação, segundo o anteprojeto, deverão ser instaladas 180 dias depois de promulgada a Constituição. Por isso, o deputado Siqueira Campos acredita que até junho do próximo ano o mapa do Brasil será outro.



O relatório se aprovado dividirá os estados de Goiás, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará e Amazonas

Subcomissão quer eleição geral logo

A dissolução do Congresso Nacional e a redução do mandato do presidente Sarney com a realização de eleições para presidente da República, vice-presidente, deputados e senadores noventa dias após promulgada a nova Constituição é o principal ponto do capítulo das disposições transitórias, proposto pelo relator da Subcomissão do Sistema Eleitoral, deputado Francisco Rossi (PTB-SP).

No sistema eleitoral as mudanças mais radicais são a implantação de um sistema misto de votação, com 50% dos candidatos concorrendo por distritos e 50% pelo sistema proporcional, o voto facultativo e aos 16 anos e a permissão de registro de um mesmo candidato a dois cargos eletivos no mesmo Estado, sendo um executivo e outro legislativo.

São fixados ainda em 4 anos os mandatos majoritários e proporcionais, inclusive presidente e vice-presidente — estes com direito à reeleição por um período.

A exceção é feita, porém, para os mandatos do presidente e vice e dos senadores e deputados federais eleitos no primeiro pleito após a promulgação da nova Carta, que terão cinco anos de duração — até dezembro de 1993.

Limite ao latifúndio

Nenhuma área produtiva poderá ser fixada em um terreno superior a 100 módulos regionais, sob pena de desapropriação, sem indenização. Este é o ponto mais polêmico do anteprojeto da Subcomissão da Política Fundiária e Agrícola e Reforma Agrária, apresentado ontem por seu relator, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), que pretende promover uma profunda reforma no sistema de produção agrícola do País.

O anteprojeto prevê ainda a proibição da empenhorabilidade das pequenas propriedades — até três módulos regionais —, na tentativa de fixar o homem no campo. Os lotes conferidos ao trabalhador rural na reforma também não poderão ser ven-

didos antes de serem registrados os 20 anos de posse.

Para viabilizar estas alterações, a subcomissão decidiu ainda que cinco por cento da verba da União serão destinados à aplicação da reforma agrária e que o Congresso Nacional aprovará um plano quinquenal — dispoendo sobre o desenvolvimento e metas nas áreas de pesquisa e assistência técnica, além dos recursos para crédito e seguro agrícola.

Outra inovação diz respeito à participação de representantes dos trabalhadores e empresários nos órgãos dirigentes da política agrícola. Em cada órgão poderá participar um representante de cada classe, o que, segundo o relator, dará maior equilíbrio às decisões.

Poder para sociedade

A inviolabilidade da Constituição, com a punição de quem a violentar, a criação de um tribunal constitucional com poderes para decretar estado de sítio e julgar inconstitucionalidade e a abertura para a sociedade civil emendar e até reformar a Constituição são inovações trazidas pelo parecer da Subcomissão de Garantia da Constituição, Reforma e Emendas, apresentado por seu relator, deputado Nilton Friedrich (PMDB-PR).

Pelo seu parecer, cabe ao tribunal constitucional examinar preventivamente a constitucionalidade de tratados, acordos e atos internacionais e autorizar a decretação de estado de sítio e de emergência — quando solicitados pela Presidente da República e

declarar inconstitucionalidade em tese ou processar e julgar originariamente — mediante provocação de parte. A inovação está em considerar como partes legítimas para propor tais ações, dez mil cidadãos, entidades associativas de âmbito nacional, com um ano de funcionamento, a figura do defensor do povo e qualquer pessoa que sofrer violação de direito por inércia do poder público, além de parlamentares, do procurador-geral e do presidente da República.

O parlamentar sugere ainda o poder da sociedade civil propor emendas e reformas à Constituição. A emenda poderá ser proposta por meio por cento dos eleitores de cada uma de pelo menos um terço das unidades da Federação.